

Milosevic em Haia, um Julgamento Histórico

Mesa Redonda

Depois da intervenção militar da NATO no Kosovo, ficou o sabor amargo da inamovibilidade de Milosevic. Depois da sua queda quase pacífica, ficou a dúvida sobre o seu julgamento em Haia. Hoje, o homem que é responsável pela tragédia vivida nos Balcãs na última década responderá perante a humanidade pelos crimes que cometeu contra a humanidade. Um passo de gigante para uma nova ordem internacional em que o direito e os direitos de cada ser humano falam cada vez mais alto. Três dias depois da extradição de Milosevic para o Tribunal Internacional de Haia, o "Mundo em Português" reuniu Pierre Hassener e Jacques Rupnik, dois dos mais conceituados investigadores franceses de relações internacionais - colaboradores habituais desta revista - numa mesa-redonda para debater o significado deste acontecimento.

Álvaro Vasconcelos — Qual foi o vosso primeiro sentimento perante a notícia da extradição de Slobodan Milosevic?

Pierre Hassner — A minha primeira reacção foi, ao mesmo tempo, de alegria e de surpresa. Pensei durante muito tempo que Milosevic nunca seria entregue ao Tribunal de Haia. Depois, mais recentemente, comecei a acreditar que era esse o seu destino mas que seria ainda muito difícil e complicado. E também nunca admiti que a sua entrega tivesse uma relação tão explícita com o dinheiro.

O essencial é que ele está lá — o que é óptimo, porque era por isso que lutávamos há dez anos. Mas, ao mesmo tempo, fica-nos a sensação de que a noiva é demasiado bela e que a maneira como as coisas se passaram vai provocar reacções negativas na Sérvia e vai aparecer aos olhos das pessoas como a justiça dos vencedores. Tal como em Nuremberga. A diferença é que, agora, é a justiça dos vencedores económicos.

O Tribunal de Haia é uma coisa boa na medida em que significa um começo de leis internacionais. É um tribunal onde há, por exemplo, um juiz chinês, o que o torna muito mais objectivo e efectivo que o de Nuremberga.

Mas, tal como a intervenção da NATO no Kosovo, não deixa de apresentar-se como pouco fundado no direito internacional. A maneira como as coisas se passaram internamente ajuda a reforçar esta percepção. O Tribunal Constitucional sérvio era contra a extradição de Milosevic, mas tinha sido nomeado pelo próprio Milosevic.

Conclusão: não lhe ligamos...

Há, em tudo isto, um certo paralelismo com a intervenção no Kosovo. Moralmente ela foi inteiramente justificada, mas deixou um pouco a desejar enquanto prefiguração de uma norma internacional. Também a extradição de Milosevic poderá alimentar, não apenas na Sérvia mas um pouco por toda a parte, algum cepticismo. As pessoas dirão que foi feita a vontade dos americanos, vencedores e poderosos.

Álvaro Vasconcelos — Há, no entanto, uma distinção que me parece importante. Por um lado, temos a lógica do Tribunal, criado pelo Conselho de Segurança da ONU, e que nem sempre foi apoiado de forma clara pelos Estados Unidos. Por outro, temos o contexto em que Milosevic foi preso e enviado para Haia. Podemos distinguir os dois níveis.

A lógica do Tribunal de Haia dizia-nos que, mais tarde ou mais cedo, Milosevic seria julgado, porque cometeu crimes contra a humanidade. Aconteceu mais cedo do que

prevíamos, num contexto que pode não ser o ideal.

Jacques Rupnik — Concorde. Creio que vimos o sinal precursor de tudo isto com a inculpação de Pinochet. Lembro-me de ter dito para mim próprio, quando isso aconteceu, que Milosevic teria finalmente compreendido qual era o seu destino. Hoje, os outros Milosevic deste mundo devem estar a pensar que o cerco se aperta sobre eles.

É também importante perceber o contexto em que foi criado o Tribunal de Haia, nas circunstâncias particulares da guerra na Bósnia. Como não queríamos intervir na Bósnia, tentámos apaziguar a opinião pública internacional com a criação deste tribunal. Mas ninguém, nessa altura, acreditava que ele acabaria por fazer alguma coisa. Era uma espécie de alibi.

O que é interessante é que acabou por adquirir uma dinâmica própria. Richard Goldstone e os seus sucessores levaram a coisa a sério, independentemente dos motivos das potências que permitiram a criação do Tribunal.

E o mais interessante é que, hoje, ele constitui um verdadeiro problema, sobretudo para os EUA, que são os que mais resistem a aceitar a aplicação da lei internacional e que não aceitam o novo Tribunal Penal Internacional (TPI). Há aqui uma contradição fundamental que não pode manter-se eternamente.

Álvaro Vasconcelos — Qual é, em vosso entender, o significado deste acontecimento para a ordem internacional?

Pierre Hassner — É evidente que algo se passa no domínio do direito internacional. Classicamente — mesmo para Raymond Aron —, o direito internacional penal não existia e o direito internacional limitava-se a um direito de contrato e de reciprocidade, comercial, etc. Ora, é isso que hoje começa a mudar, quando se diz que os Direitos do Homem são tão importantes como a soberania. Sobretudo quando se trata de genocídio e de crime contra a humanidade. Isto está a acontecer ainda de uma forma caótica. Por exemplo, a ideia de competência universal que cada juiz pode assumir, como aconteceu, no caso Pinochet, com o juiz espanhol e com a Câmara dos Lordes britânica. Mas Pinochet acabou por regressar ao Chile para ser julgado e ainda não sabemos se vai ser julgado.

São os tribunais belgas que estão a julgar e a condenar ruandeses pelo genocídio de 1994, mesmo que tenha sido criado um Tribunal Internacional para julgar os crimes contra a humanidade praticados no Ruanda na mesma altura em que foi criado o Tribunal de Haia.

Por outro lado, os Estados Unidos recusam-se a assinar os estatutos de um tribunal penal internacional permanente e creio que vão continuar a recusar-se. Eles não aceitarão nunca aquilo que os europeus aceitam — que haja um tribunal que esteja acima dos tribunais americanos para julgar americanos.

Por isso, o que aconteceu com Milosevic foi, para mim, uma boa surpresa. Bush e os seus conselheiros são contra o sistema jurídico internacional, contra o poder da ONU e nem sequer tínhamos a certeza de que a nova administração iria continuar a política de Clinton em relação a Haia.

É muito interessante, na verdade, a evolução do Tribunal de Haia. Começou-se por baixo. Eram os próprio americanos que não queriam pôr em causa Milosevic, porque o consideravam um interlocutor. Com a guerra do Kosovo, há finalmente uma acusação formal contra Milosevic. Por acaso ou porque os americanos deram a luz verde? Foi também nessa altura que Tony Blair enviou para o tribunal alguns documentos de prova.

Podemos dizer que os americanos vão ter de resolver esta contradição. Mas creio que a tendência é para que saiam pelo outro lado, recusando-se a apoiar o desenvolvimento do novo TPI e a sujeitar-se a ele. A nova Igreja pode ser o direito internacional, mas a América é o imperador que se considera acima do direito. Mas também podemos dizer que, sendo verdade que o Tribunal de Haia foi criado para

não fazer grande coisa e que foi ganhando vida própria, quem acabou por lhe oferecer o seu grande sucesso foram, apesar de tudo, os americanos. Há aqui uma curiosa imbricação entre a dimensão imperial da América e a dimensão jurídica nascente.

Teresa de Sousa — Curiosamente, a maioria dos responsáveis políticos europeus defendia que não se devia pressionar as novas autoridades de Belgrado para que entregasse Milosevic. Houve mesmo quem considerasse que até seria bom ser o povo sérvio e não a comunidade internacional a julgá-lo, que seria uma forma de consciencialização. Era uma posição de princípio ou mero realismo político? A verdade é que se fosse pela vontade da Europa, Milosevic não estaria hoje em Haia.

Pierre Hassner — Os americanos e os franceses têm em comum o facto de serem os mais soberanistas. No fundo, os franceses também não amam este tribunal. O ministro da Defesa, Alain Richard, embora seja mais europeísta que Hubert Védrine (o chefe da diplomacia francesa), chegou a comentar sobre ele que não gostava da justiça espectáculo. A França começou por ser contra o Tribunal Penal Internacional. Depois, ao contrário dos americanos, passou a ser a favor, embora com uma condição um tanto bizarra: os militares franceses não poderão ser julgados durante os primeiros sete anos de vigência do TPI. Os franceses foram os primeiros a reconhecer [Vojislav] Kustunica, o Presidente jugoslavo, e é nele que continuam a apostar. Por isso, queriam adoptar o seu ritmo progressivo e legalista. A diplomacia francesa, neste domínio, andava mesmo mais atrás que os próprios sérvios. Lembro-me que diziam que Kustunica poderia dar um sinal de boa vontade libertando dois ou três dos 600 prisioneiros albaneses que estavam nas prisões sérvias, suficientemente mediáticos para ter impacte. Kustunica libertou 300. Os franceses parece que se preocupam mais com a soberania sérvia do que os próprios sérvios

Álvaro Vasconcelos — A legalidade sérvia estava em contradição com a legalidade internacional, mas esta é superior àquela....

Jacques Rupnik — Mas também é verdade que a queda de Milosevic e a transição sérvia não passou por uma crise violenta, uma guerra civil, como se chegou a prever. Fez-se de uma forma em que os novos poderes se mostraram muito preocupados — por vezes até ao excesso — com o cumprimento das normas e dos preceitos constitucionais vigentes.

Era esse o tema principal de Kustunica — nós não somos como ele, queremos um Estado de direito, queremos respeitar as leis e as instituições. Era algo que se pretendia absolutamente oposto ao reino de Milosevic, que era o reino da arbitrariedade, da violência que conduz à guerra.

Mas agora pediram-lhes que esquecessem o direito, o Tribunal Constitucional, pela razão simples de que estavam em causa 1,3 mil milhões de dólares [cerca de 300 milhões de contos].

Esta questão da ruptura ou da continuidade foi um dilema comum a muitas das transições dos países da Europa Central e de Leste, onde a principal clivagem política também se situava em torno da questão de manter a ordem legal anterior ou rejeitá-la. Devemos pôr na prisão os antigos comunistas ou, pura e simplesmente, esquecer?

É isso que se passa, ainda que sob outra forma, em Belgrado.

Assisti a debates recentes em que as pessoas diziam: se querem que o povo sérvio seja confrontado com o que aconteceu na última década, então é preciso que o processo de Milosevic decorra na Sérvia.

Não estou a dizer que partilho esta ideia, estou a dizer que ela é a principal objecção que ouvi na Sérvia. A sua extradição para Haia vem reforçar a tendência dos sérvios para dizer que há um "complot" internacional contra eles, que são eles,

afinal, as vítimas.

Kustunica é o jurista que não gosta que se viole a Constituição e, ao mesmo tempo, que privilegia a Comissão Verdade e Reconciliação, à semelhança do modelo sul-africano, em relação à justiça do TPI. Privilegia o direito interno em relação ao direito internacional, e a "démarche" sul-africana em relação ao TPI. Esta clivagem também se manifesta na sociedade sérvia.

Pierre tem razão quando fala de um [Zoran] Djindjic que prefere jogar a cartada do Ocidente e que defende a rápida reintegração da Sérvia na comunidade internacional, que argumenta que já se perderam demasiados anos com Milosevic e que conclui: se nos prometem um bilião não vamos levantar questões. Os cofres estão vazios, temos é que avançar com as reformas e com a integração.

Outros temem que a entrega de Milosevic possa desestabilizar e comprometer a transição pacífica.

Álvaro Vasconcelos — Compreendendo as implicações práticas que a extradição de Milosevic possa vir a ter no processo de transição, mas ela também pode ser vista como um gesto de inserção da Sérvia na comunidade internacional e, sobretudo, na Europa.

Mesmo que muita gente seja crítica e diga que mais uma vez há dois pesos e duas medidas....

Jacques Rupnik — Também podem argumentar que a melhor maneira de integrar a Sérvia na comunidade internacional é progressivamente, sem movimentos bruscos. Ou exactamente o contrário: que o que faz falta é um choque salutar. O choque de 1999 foi salutar porque contribuiu para a queda de Milosevic. O choque da extradição é, de certa forma, a continuação do anterior. E convém também não esquecer que foram os sérvios que "brutalizaram" muita coisa na última década. Mas creio que há outras razões que podem explicar as reticências e as hesitações de alguns países europeus quanto à entrega de Milosevic. Ninguém sabe como Milosevic vai defender-se. Pode cooperar, mas também pode ameaçar partir a loiça, dizer que não actuou sozinho, recordar que o processo que conduziu a Dayton foi com ele, que Richard Holbrook diz, no seu livro sobre a Bósnia, que nunca teria havido paz de Dayton sem ele, que Clinton disse que ele era um homem de paz, que Chirac o recebeu em Paris. `E vêm agora dizer que eu sou um criminoso! ? Querem falar da Bósnia? De Srbrenica? Não fui eu que fiz Srbrenica, foi o general Ratko Mladic. E com quem? Perguntem ao general Janvier...`
O que eu quero dizer é que, se a justiça internacional afirma a sua primazia de julgar os crimes cometidos nos Balcãs nos últimos anos, então não nos devemos espantar se o comportamento da comunidade internacional for também julgado no mesmo julgamento. Milosevic foi um adversário, depois um parceiro, de novo um adversário...

Álvaro Vasconcelos — Mas essa parte da comunidade internacional que vai também ser julgada não é a mesma que quer hoje contemporizar com os sérvios que se opõem à entrega de Milosevic?

Pierre Hassner — Todo a agente apanhará por tabela no caso de Srbrenica. Os franceses, os ingleses, a CIA... Nessa altura, havia muito pouca gente a dizer que era preciso fazer alguma coisa.

Mas gostaria de voltar um pouco atrás, aos sérvios e às vítimas dos sérvios. Devo confessar que fiquei insatisfeito com a forma como terminou a guerra do Kosovo e como Milosevic lhe sobreviveu. Quando, finalmente, Milosevic caiu ouvi algumas pessoas dizer que se tratava da prova de que os ocidentais não tinham razão quando diziam que o seu regime era totalitário. Se assim fosse, a transição não teria sido possível. Eu dizia, pelo contrário, que era preciso que a Sérvia fosse verdadeiramente derrotada, tal como a Alemanha, que apenas mudou depois da derrota de 1945. É isso que pode realmente produzir um choque salutar.

Mas mesmo no caso da Alemanha, talvez não tenha sido Nuremberga o essencial, talvez tenha sido quando os alemães julgaram, eles próprios, os seus criminosos de guerra que tomaram verdadeiramente consciência do que tinham feito. Quanto aos sérvios, já não sei. Será que os sérvios vão aceitar um novo começo, com novos valores, ou vai prevalecer a ideia do "complot" internacional? Mas, se estou feliz, é sobretudo pelos bósnios e pelos kosovares. Eles sempre consideraram que os culpados tinham de ser julgados, pois essa é a única maneira de acabar com a responsabilidade colectiva e individualizar os criminosos. Se condenarem os responsáveis a reconciliação será possível.

Teresa de Sousa — Há um grau de imprevisibilidade nisto tudo. Mas lembro-me que, depois dos bombardeamento da NATO contra a Sérvia, toda a gente dizia que Milosevic estava de pedra e cal. Caiu alguns meses depois. Os sérvios não são forçosamente uns nacionalistas cegos que não conseguem olhar à sua volta.

Pierre Hassner — A minha impressão, quando viajo pela Europa de Leste, é que a maioria das pessoas tinham uma interpretação cínica dos acontecimentos no Kosovo. Eram contra os bombardeamentos mas não criticavam os respectivos governos porque eles estavam do lado do mais forte. Na Sérvia pode ser um pouco assim. Os americanos fazem o que querem mas a verdade é que estamos muito mal e precisamos deles para sair desta confusão. `Milosevic condenou-nos ao desastre durante uma década, agora é preciso comer e viver como os outros`. Seria uma espécie de resignação amarga e um tanto cínica, não uma compreensão clara das coisas e das suas responsabilidades.

Jacques Rupnik — A questão da reconciliação com os vizinhos é fundamental, se queremos regressar a uma paz duradoura na região. É por isso que é questionável toda a "démarche" sérvia do julgamento interno de Milosevic. Julgá-lo na Sérvia porquê? Por fraude fiscal, por má utilização dos dinheiros públicos, por crimes económicos?

A Comissão Verdade e Reconciliação também levanta algumas interrogações. É positivo começar um processo de reflexão e de introspecção, mas trata-se de um processo apenas centrado no "maleur" sérvio. `Olhem o que Milosevic fez de nós!` É curioso verificar que esta Comissão tem um mandato que começa em 1980, não quando a guerra começou mas quando Tito morreu e um ano antes da primeira revolta do Kosovo, em 1981. Se vão começar em 1980, quando chegarem à guerra já os criminosos estarão mortos e enterrados. Isso demonstra bem que, para eles, a guerra não foi o resultado de acções internas mas que as responsabilidades são iguais e que afinal são todos vítimas e carrascos.

Por isso, penso que é problemático este modelo da Comissão de inspiração sul-africana, como é problemático um julgamento interno de Milosevic. Não há reconciliação possível nos Balcãs, com a Bósnia, com a Croácia, com o Kosovo, se não houver um exame rigoroso dos crimes cometidos por Milosevic.

Teresa de Sousa — Há também um efeito de exemplo mais vasto, mais clarificador.

Jacques Rupnik — Há um efeito dissuasor. Passam-se hoje coisas verdadeiramente dramáticas na Macedónia. A esta hora, todos os intervenientes estão a pensar que podem vir a ser responsabilizados por cada uma das decisões que hoje tomarem — sobre o emprego da força, a destruição de uma aldeia, a expulsão de pessoas.

Álvaro Vasconcelos — A questão das transições democráticas é muito interessante e actual. Também houve muitas críticas à acusação de Pinochet pelos juízes espanhóis porque se dizia que ela ia causar problemas ao frágil processo de transição democrática no Chile. Há duas lógicas, por vezes incompatíveis, que

emanam de poderes diferentes. A lógica do direito internacional e a lógica das necessidades políticas imediatas. No Chile não houve implicações negativas. Em Moçambique, por exemplo, houve muitas implicações negativas. Neste caso, não é apenas uma lógica interna à Sérvia nem mesmo à ex-Jugoslávia, mas uma lógica europeia. Para construir uma Europa mais democrática e mais integrada, há regras que não são simplesmente nacionais, mas europeias. Há, de facto, uma ordem europeia que é única no mundo, como modelo de integração.

Pierre Hassner — Embora reconhecendo que isso é verdade, também é preciso reconhecer que as coisas aconteceram ao contrário, na Jugoslávia. Os europeus vacilaram quase sempre. Foram os americanos que armaram os croatas e os bósnios para enfrentar os sérvios; foram os americanos que forçaram a entrega de Milosevic....

Álvaro Vasconcelos — Era a atitude de todos os cínicos europeus que conhecemos ao longo dos últimos dez anos. Mas sempre considerámos essa atitude como contrária aos ideais europeus e à própria ideia de Europa.

Pierre Hassner — Mas também não fizemos nada pelo Ruanda e isso é um escândalo. É importante essa questão da transição que levantaram. Muita gente pensava, de facto, que o caso Pinochet poderia pôr em causa aquilo a que se chamava de "transição pactada". Passa-se hoje o mesmo com Kustunica. Mas também se pode pensar que, pelo contrário, é necessária uma ruptura radical, que é a única forma de transição de um regime totalitário para um regime democrático. É lamentável que tenha sido preciso bombardear Belgrado, é lamentável que tenha sido necessária a chantagem do dinheiro para entregar Milosevic, mas eu continuo a dizer que era preciso derrotar a Sérvia e que é preciso que o regime de Milosevic seja condenado.

Álvaro Vasconcelos — Do ponto de vista do processo de construção europeia, qual é a importância de julgar Milosevic em Haia?

Jacques Rupnik — Se deixarmos de lado a questão de saber quem mais contribuiu para a extradição de Milosevic — e creio que aí estamos todos de acordo —, e definirmos essa lógica europeia como um processo de integração em que as normas jurídicas e os valores comuns são mais importantes que a soberania dos Estados, então há nela uma pedagogia em relação aos Balcãs. E isso vale para todos os Estados da região. Eles precisam de compreender que a independência que acabam de conquistar não é a soberania do século XIX, de natureza territorial, mas uma soberania do século XXI — uma soberania partilhada como único caminho para a tornar viável. A soberania total apenas significa a insegurança. Uma das maneiras de evoluir para a ideia de soberania partilhada é mostrar que há normas supranacionais que pesam mais do que as decisões dos Estados. Há, por isso, um efeito pedagógico europeu que é importante.